



23 de agosto de 2019

Não se pode desenvolver uma política classista se não se luta pela centralização do movimento dos trabalhadores e pela democracia proletária.

Contatos: www.pormassas.org
e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- Balanço Político.
- Plano de luta.

À plenária de eleição de delegados ao IV Congresso da Conlutas

Resumo das Teses da Corrente Proletária/POR

I. Situação internacional

1. A crise mundial, aberta em 2008, não foi contida. Estima-se que a economia mundial enfrentará um novo período de recessão.
2. Agudiza a contradição entre as forças produtivas, que forçam passagem, e as relações capitalistas monopolistas. Estamos diante da crise estrutural do capitalismo, em sua fase imperialista, portanto de desagregação. Vivemos a época de guerras, revoluções e contrarrevoluções.
3. Na América Latina, a Venezuela continua como o centro do intervencionismo norte-americano. Trump intensifica o bloqueio à economia venezuelana. O intervencionismo trumpista colocou à classe operária e demais explorados na defesa do governo Maduro contra o movimento golpista. Tratou-se, assim, da defesa da autodeterminação da nação oprimida. O que não se confunde com o apoio à política burguesa do governo chavista. A luta contra a intervenção dos Estados Unidos e a oposição antinacional se coloca no terreno do objetivo da revolução proletária.
4. Em toda a parte, a burguesia impõe as contrarreformas. As bandeiras, os métodos e a tática anti-imperialistas emergem naturalmente no seio das massas. É obrigatório um posicionamento proletário diante das privatizações, desnacionalizações, dívidas públicas, intervenções militares, cercos econômicos, etc.
5. As contrarreformas levam a classe operária e demais oprimidos a se chocar com a burguesia e seus governos. Os explorados se veem obrigados a se unirem e a recorrerem a métodos avançados da luta de classes, como a greve geral, etc. Deparam-se com verdadeiros Estados policiais. Os governos nacional-reformistas têm sido um obstáculo para o avanço da independência dos explorados e da luta pela derrocada do sistema capitalista.
6. É necessário que a vanguarda se coloque por reconstruir a direção revolucionária. Não é porque a organização sindical seja distinta do partido, que não deva compreender a fundo em que momento se encontra a luta de classes e as tarefas necessárias que o proletariado tem de encarnar. Somente uma direção que se compenetre do internacionalismo revolucionário pode emancipar os sindicatos da burocracia pró-capitalista e expulsar o reformismo das fileiras dos explorados.

II. Situação Nacional

1. O ponto de partida da situação nacional está marcado pela aprovação da reforma da Previdência. A reforma trabalhista, a previdenciária e a lei da terceirização formam um conjunto de ações, voltadas a aumentar a taxa de exploração do trabalho, e a proteger o capital financeiro.
2. Não pode haver nenhuma dúvida em caracterizar as duas derrotas da classe operária como resultados de traições políticas. As centrais sindicais manobram com a bandeira de luta contra a reforma da Previdência. Negaram-se a pôr em pé um movimento sob a bandeira de "Abaixo a Reforma da Previdência do governo e do Congresso Nacional". Desviaram a luta para o terreno da burguesia (Congresso Nacional).
3. O fator determinante da situação política é a luta de classes. As centrais constituem-se em instrumentos de contenção da revolta da classe operária. Quando se unem, constituem uma frente burocrática, que se limita a cumprir objetivos dos partidos reformistas. A conciliação de classes tem servido para sustentar a governabilidade. É obrigatório combater no interior da frente as manobras da direção burocrática e expor os perigos da política colaboracionista.
4. A derrocada do PT, com o impeachment de Dilma, reacendeu a articulação da frente oposicionista. Procura recuperar a força eleitoral e institucional. As diretrizes do PT e aliados da Frente Brasil Popular são incompatíveis com os métodos de luta genuínos do proletariado. As tendências de luta permanecem vivas, mas poderão refluir, caso continue a prevalecer a política de conciliação de classes.
5. Depois de duas traições e duas derrotas, as condições políticas para retomar a greve geral se tornaram mais difíceis. A defesa do programa de reivindicações que unifica os explorados e a juventude, e o trabalho em torno aos comitês de luta de frente única são necessários para retomar a luta de classes.
6. A ditadura civil de Temer realizou uma transição entre um governo deposto e um eleito. A eleição de Bolsonaro implicou continuísmo. A candidatura de Haddad não foi capaz de reverter a desconfiança de uma imensa parcela dos explorados com o petismo. Nas eleições, se montou

a fraude de que a candidatura de Haddad era antifascista. Toda a esquerda participou dessa farsa no segundo turno. O movimento sindical acabou refletindo a política eleitoral do reformismo. Ao alimentarem as ilusões democráticas, a burocracia, os reformistas e os centristas mantiveram a classe operária desarmada de sua política revolucionária, diante da necessidade de combater o governo militarista e fascizante de Bolsonaro.

7. A luta contra o governo antinacional, antipopular, militarista e fascizante de Bolsonaro implica organizar um movimento anti-imperialista. O enfrentamento ao governo Bolsonaro e à classe capitalista exige vincular as reivindicações econômicas da classe operária com as bandeiras anti-imperialistas.

III. Balanço Político

1. O balanço deve partir da traição e derrota da luta contra a reforma da Previdência. A crítica à burocracia traidora tem de ser clara. A Conlutas não agiu dessa forma. É imprescindível determinar a natureza burocrática da frente. Confundir essa composição com uma frente única classista, leva a graves distorções e erros.
2. A CSP-Conlutas não se constituiu como um instrumento de combate contraposto à frente burocrática. Pintou a unidade das centrais com as cores de uma frente única classista inexistente.
3. O que se passou com o fechamento da Ford em São Bernardo do Campo tem uma importância particular. A traição acabou levando à derrota. O sindicato metalúrgico de São José dos Campos assinou acordos de flexibilização do trabalho. A CSP-Conlutas não esteve à altura de combater os acordos de demissão. Omitiu-se flagrantemente diante do acordo anti-operário de fechamento da Ford. A atitude de não se confrontar com os burocratas traidores expressa a divisão corporativa, que imobiliza a classe operária diante do movimento geral dos capitalistas, de descarregar a crise sobre a maioria oprimida.
4. Não se pode desenvolver uma política classista se não se luta pela centralização do movimento dos trabalhadores e pela democracia proletária. A CUT nasceu impulsionada pelas greves e pelo desmoronamento do intervencionismo militar. A sua estatização chegou ao auge no governo de colaboração de classes. O divisionismo, por sua vez, levou à fragmentação em várias centrais. A CSP-Conlutas é parte desse enorme divisionismo aparelhista. Trata-se de retomar a defesa de uma única central, classista, independente e democrática.

IV. Plano de luta

1. Os explorados estão obrigados a combater abertamente o governo fascizante de Bolsonaro. A bandeira “Fora Bolsonaro” é eleitoral. O Congresso deve se posicionar pela bandeira “Abaixo o governo militarista, antinacional e antipopular, de Bolsonaro”.
2. Responder ao parasitismo financeiro: não pagamento da dívida pública e pela estatização sob controle dos trabalhadores de todo o sistema financeiro.
3. Responder ao desemprego e subemprego: “Emprego não

se negocia, defende-se com luta”; “Ocupar as fábricas diante das demissões em massa”. Realizar uma campanha pela “redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários” e implantação da “escala móvel das horas de trabalho”. Constituir os comitês de defesa dos empregos, unindo empregados e desempregados. Fazer um chamado às centrais, aos sindicatos e movimentos populares: “Por uma luta unitária em defesa dos empregos”;

4. Revogação da reforma trabalhista, previdenciária e da lei da terceirização. A defesa de “Fim da terceirização” e “Volta da contratação direta” é o ponto de partida de um movimento para pôr abaixo a reforma trabalhista e da Previdência;
5. Responder ao rebaixamento salarial. Pelo fim dos acordos de redução salarial. Pela reposição das perdas salariais. Por um salário mínimo vital, calculado de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora;
6. Responder às privatizações e à desnacionalização com a bandeira de “Reestatização sem indenização, sob o controle operário da produção”;
7. Responder aos ataques contra a educação pública. Fim do sistema privado de educação! Por um sistema único, público, vinculado à produção social, sob o controle de quem estuda e trabalha. Fim do controle e influência sobre a educação pelas igrejas! “Total liberdade de ensino, expressão e manifestação!” “Não à militarização das escolas!” “Não ao obscurantismo religioso e anticientífico”;
8. Unir em um só movimento as respostas contra as opressões. “Fim da discriminação na contratação, no emprego e no salário”; “Proteção à maternidade!” “Fim da dupla jornada!” “Igualdade de direitos civis ao homossexual!” “Emancipação da mulher da escravidão do lar!” “Erradicação do racismo!” O fim das opressões virá com o fim da propriedade privada dos meios de produção e da sociedade de classes. Toda opressão é de classe;
9. Defesa de um sistema único de saúde, público, sob o controle operário;
10. Pela retomada do movimento de ocupação de terras. Revogação das medidas de Temer contra a reforma agrária. Nenhuma revogação das demarcações de terras. Pelo direito real à autodeterminação das nacionalidades indígenas. Expropriação e nacionalização dos latifúndios;
11. Constituição de um tribunal popular para apurar os assassinatos de camponeses e indígenas. Direito ao armamento coletivo e à autodefesa dos camponeses e indígenas. Pela formação dos comitês camponeses e indígenas. Fim das milícias dos latifundiários;
12. Fim de toda legislação que viola o direito de greve e manifestação dos trabalhadores. Fim das perseguições e prisões àqueles que lutam e organizem os movimentos;
13. Responder à dominação imperialista e à submissão da burguesia brasileira com a bandeira de independência nacional, lutando com total independência de classe, a partir das reivindicações próprias das massas, seus métodos de luta de classes, e sob a estratégia de poder próprio das massas, que é o governo operário e camponês, o qual será erguido por meio da revolução proletária.